

OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO, GRAMSCI E A CONSTRUÇÃO DE HOMEM-DIRIGIDO¹

Paolo Ercolani²

Resumo: Este artigo trata do pensamento de Antonio Gramsci problematizando a seguinte hipótese de trabalho: se for verdade que o campo de estudo e ação mais importante da filosofia marxista consistiu na análise das formas de domínio do mais forte sobre o mais fraco, a grande intuição de Antonio Gramsci parece ter oferecido um dos legados mais frutíferos, que reside, sobretudo no reconhecimento de como, em pleno século XX, surgiam novas formas de dominação para além do contexto estrutural, afetando diretamente a superestrutura ideológica.

Palavras-chave: Antonio Gramsci; marxismo; filosofia marxista.

Abstract: This article deals with the thought of Antonio Gramsci problematizing the following working hypothesis: if it is true that the most important field of study and action in Marxist philosophy consisted of analyzing the forms of dominance of the strongest over the weakest, Antonio's great intuition Gramsci seems to have offered one of the most fruitful legacies, which lies, above all, in the recognition of how, in the middle of the 20th century, new forms of domination emerged beyond the structural context, directly affecting the ideological superstructure.

Keywords: Antonio Gramsci; marxism; Marxist philosophy.

Se for verdade que o campo de estudo e ação mais importante da filosofia marxista consistiu na análise das formas de domínio do mais forte sobre o mais fraco, a grande intuição de Antonio Gramsci parece ter oferecido um dos legados mais frutíferos, que reside, sobretudo no reconhecimento de como, em pleno século XX, surgiam novas formas de dominação para além do contexto estrutural, afetando diretamente a superestrutura ideológica. Certamente, se na época do pensador sardo reinava a cegueira da realização dessas formas em todas as suas potencialidades (e, portanto, aquém das previsibilidades), hoje todos observam nitidamente o triunfo da sociedade do espetáculo, com seus mecanismos e anexos tecnológicos. Com a elaboração da ligação entre teoria e prática, pensamento e ação, e em boa medida filosofia e política, Gramsci não só superava o marxismo mecanicista que concentrava sua atenção num único e exclusivo momento estrutural (em contraste e oposição ao problema representado pelo idealismo) como também lançava as bases para recuperar a centralidade do homem (e sua dignidade) como sujeito e agente pensante (inseparável nos dois momentos) e, como tal, sujeito consciente e “criador de sua própria história”. Dentro desse discurso se compreende o propósito gramsciano de como a ligação entre teoria e prática (ou entre filosofia e política) combinava as categorias dos “intelectuais” e os simples: em primeiro lugar, por ter elaborado um princípio coerente com os problemas em que as massas estão submetidas e simulam suas atividades políticas, a fim de constituir um “movimento filosófico” que não realize “uma cultura especializada para um restrito grupo de intelectuais”, mas que fosse capaz de encontrar em constante contato com os simples a “fonte dos problemas a se estudar e resolver”. É somente assim que uma filosofia pode purificar “através de elementos intelectuais” a “produção da vida”.

¹ Tradução do original em italiano de João Victor Moré Ramos, doutorando no Programa de Pós-Graduação em Geografia - Universidade Federal de Santa Catarina.

² Professor de História e Filosofia na Universidade de Urbino, Itália. É editor da revista *Critical Liberal*, além de fundador e membro do comitê científico do Observatório filosófico (www.filosofainmovimento.it).

<https://doi.org/10.36311/0102-5864.2020.v57n1.08.p75>



Em suma, a ligação entre teoria e prática, ou entre filosofia e política, se fundava sobre a união fecunda entre pensamento e ação, com a finalidade de evitar uma elaboração teórica da práxis política separada da realidade dos problemas reais e concretos da sociedade humana. Ademais, uma ligação que evitava a lacuna entre os intelectuais e as massas populares, que, especialmente após a Primeira Guerra Mundial tinham terminado por reduzir as classes mais baixas a mero papel de “material humano” ou “matéria-prima” para a história das classes privilegiadas. A recuperação da centralidade do homem, enquanto capacidade de elaborar um pensamento que pudesse traduzir a passagem da inércia à capacidade de ajustamento enquanto sujeito consciente da sociedade e da história aparecia como um grande dilema a ser resolvido, frente ao desenvolvimento de uma tecnologia do Mass-media que, por um lado, proporcionava a ilusão da “onipotência da informação”, e, por outro, a produção de indivíduos menos capazes de pensar autonomamente e agir com consciência, cada vez mais isolados entre quatro paredes de frente à tela de um computador. Computadores que, alias, em muitos aspectos acabavam por pensar e agir no lugar dos próprios homens, produzindo não só efeitos deletérios em faculdades essenciais do indivíduo, mas acabando até mesmo com a possibilidade das relações e ações sociais que são espinhas dorsais da polis. É nesse sentido que hoje os meios de comunicação passam a assumir características próprias da sociedade do espetáculo descrita por Debord, construindo homens cada vez mais isolados e dirigidos, que como tal, estão sujeitos às formas de dominação na dimensão superestrutural que tornam impossíveis, ou até estéreis, qualquer possibilidade de ação concreta no campo social.

A NATUREZA SOCIAL DA AÇÃO

Depois de um tempo em que predominou a tese que negava outros tipos de influência da mídia sobre o homem, surge em 1981, um ensaio na Revista Anual de Psicologia ignorado pela imprensa e pela comunidade científica americana. Nesta publicação, com tonalidade desmedida, uma mensagem profundamente importante é lançada para profissionais e estudantes da comunicação, com o objetivo de enfatizar “a extraordinária influência e o poder exercido pelos meios de comunicação sobre a maneira de perceber, pensar e, em última análise, o agir das pessoas no próprio mundo”. Concentremo-nos nesse último aspecto. A ação faz parte da dimensão humana, representando um ponto fundamental tanto quanto a percepção e o pensamento, que, segundo Gramsci, constitui uma projeção natural no campo social. Se for verdade que “todas as atividades humanas estão condicionadas pelo fato de os homens viverem juntos”, escreve Arendt, é ainda mais verdade que “essa mesma ação não pode ser imaginada fora da sociedade humana”. Ou seja, ela constitui “uma prerrogativa exclusiva dos homens” que nem uma besta e nem um deus pode competir. Portanto, é na atuação que um ato consciente e racional precedido de uma correta percepção, bem como de um livre-pensamento, que a natureza do homem se revela social, imprescindível da presença de outros indivíduos e da cooperação entre si a fim de construir uma sociedade livre e capaz de colocar a centralidade do homem e suas necessidades. Mas para que a ação tenha sentido social e político, é necessário que os cidadãos estejam envolvidos num mesmo plano, bem como empenhados em avaliar por si mesmos e criticar as inconsistências e limitações da sociedade na qual fazem parte. Atualmente existe uma grande literatura que tem estudado o desenvolvimento estrutural e tecnológico dos meios de comunicação de massas cujo é consenso que nas sociedades industriais o desenvolvimento dos meios não contribuiu como não criou democracias mais robustas, ou formaram cidadãos mais envolvidos (cidadãos engajados). Desse modo, fica extremamente fácil documentar as revoluções que as novas tecnologias de informação e comunicação operam em comparação com todas as esferas das nossas vidas, de modo que alguns irão qualifica-las como constitutiva da própria modernidade, mesmo permanecendo muitas preocupações em relação a sua real capacidade de potencializar a democracia. Particularmente na Internet é possível encontrar elementos que vão em direção oposta: 1) o uso da internet para fins civis e políticos é infinitamente menor do que o uso para o entretenimento e compras; 2) em relação à busca de informações,

prevalece de longe a busca por “não-notícias” relacionadas a questões como saúde, finanças, ou por questões relativas ao consumo, que excedem em muito a busca de informações sobre temas atuais ou cobertura de notícias; 3) na atual sociedade da informação os cidadãos não são considerados politicamente engajados, ou politicamente ativos. Mesmo que as confrontações são anteriores ao advento da Internet, e que a rede passou a ter um papel ainda mais satisfatório, dado que o espectro ideológico de discussões entre indivíduos na internet é maior do que em todos os outros meios de comunicação, essas mesmas confrontações nunca superaram o “plano virtual”, que sempre tende a excluir a tradução prática da discussão teórica; 4) uma visão generalizada e difusa era aquela em que a internet poderia capacitar o mais fraco: essa visão foi contrariada pelos fatos, uma vez que aumentaram em absolutamente zero o impacto das relações de poder dos grupos marginalizados no interior das sociedades. Tanto é que os meios de comunicação se tornaram um elemento central da nossa sociedade moderna e do cotidiano de todos nós, e poder-se-ia dizer que por isso salta aos olhos o desempenho de sua aprovação e o efeito a nossa identidade como cidadãos pertencentes a uma comunidade. Este efeito produz um impacto em nossa sociedade democrática, no que, de acordo com a estruturação de Habermas, e anteriormente Dewey, é chamado de esfera pública cuja fundação se dá sobre um componente essencial de interação entre indivíduos livres interessados nessa esfera: onde não há o livre debate entre os cidadãos, escreve um estudioso das relações entre o público e os meios de comunicação, a própria definição de público se torna sem sentido. Deste ponto de vista, a sociedade das comunicações cria inúmeras preocupações para com o destino da democracia. Referindo-se a análise documentada como cultura nos meios em geral, com sua ênfase no consumo e no entretenimento, se corta o pé sobre a grama do tipo de cultura que é necessário para uma democracia íntegra. Mais especificamente, o jornalismo contemporâneo é muitas vezes acusado de subverter os valores democráticos ao lidar com questões políticas, dado o alto índice de comercialização, sensacionalismo, trivialidades que conduzem a dois resultados: 1) por um lado o jornalismo (e a cultura midiática em geral) contribui para o silêncio geral da cidadania (e que não é mais capaz de intervir em questões tratadas de modo enfático e hiperbólico, fornecendo pouco conteúdo realmente informativo); 2) por outro, promove nos cidadãos o cinismo, a alienação, e em última análise, a falta de interesse pelo sistema político e seus representantes, bem como uma sensação de impotência em intervir em eventos que se sentem distantes. Nenhuma dessas críticas pode ser limitada ao jornalismo tradicional (impresso, nas rádios ou nos noticiários de televisão) posto que os mecanismos políticos e econômicos que caracterizam a informação na internet sugerem que seu desenvolvimento está se transformando rapidamente em um tipo de “marketing” (ou seja, a banalização e desvinculação do uso e consumo de massas) que tem caracterizado há tempos o modelo da mídia tradicional.

CIDADÃO PASSIVO

Os meios de comunicação produzem cidadãos vulneráveis e desinteressados pela esfera pública, que por detrás dos reais poderes de natureza econômica e política, acabam também por lapidar um pensamento único no que diz respeito à opinião pública. Como já foi dito anteriormente, quanto mais os indivíduos perdem sua independência de julgamento e suas faculdades intelectuais e morais, mais esses mesmos indivíduos perdem sua capacidade de se reunir com seus concidadãos para “argumentar”, “organizar”, e mobilizar questões de interesse comum, deixando espaço para a mídia e seus cúmplices o poder de moldar e dirigir a opinião pública de acordo como seus próprios interesses de natureza econômica, comunicacional e privada. Hoje em dia – escreveu Sartori há vinte anos – são os meios de comunicação o grande papel central na formação da opinião pública [...] cujo mundo, para uma grande parte do público, é reduzido a mensagem transmitida pelos meios de comunicação. Deste modo, os cidadãos são passivamente dirigidos (homem-dirigido), transformando-se nas vítimas preferidas das potências econômicas (que muitas vezes controlam os meios de comunicação) que os posicionam como “consumidores passivos” de seus produtos,

tendo seus cérebros uma predisposição mecânica da crítica a aceitação do produto através de uma mensagem imposta por outros. Esse fenômeno já havia sido observado por McLuhan, quando analisou a questão da publicidade em um experimento midiático revelando como ela se autofinancia com um princípio muito avançado cuja menor parte de um padrão, ou um esquema, se repetido ruidosa e excessiva, acaba gradualmente por se estabelecer. A publicidade empurra o princípio do ruído ao nível de persuasão, sistema que corresponde plenamente aos procedimentos de lavagem cerebral.

E, segundo a dedução de McLuhan, o próprio assalto a inconsciência poderia ser a razão por detrás do mecanismo de publicidade: para ser franco – conclui o estudioso das mídias – a indústria da publicidade é uma grosseira tentativa de estender os princípios da automação em todos os aspectos da sociedade. Além disso, se levar em consideração a admirável descrição e antecipação de Orwell em seu livro “1984”, é possível perceber que as empresas de comunicação estão cada vez mais provando ser o sistema da confusão astuta que, finalmente, tem conquistado o “ultimo santuário” da mente humana através de mecanismos terríveis e altamente eficazes como a lavagem cerebral, a persuasão subliminar e o controle entorpecedor: em outras palavras, como diz Sartori, uma verdadeira realidade totalitária com base em um sistema único de produção de opiniões.

Aproximando a empresa das comunicações ao totalitarismo de estado, o mesmo McLuhan mostrava que enquanto a “ameaça de Hitler ou Stalin era uma ameaça externa”, “a tecnologia elétrica entrava dentro de nossas casas, ao passo que assistíamos dormentes, surdos, cegos e mudos indo a ascensão da tecnologia de Gutenberg da qual é formado o “american way of life”. Se a mídia de massas, e os grandes poderes que as controlam, são capazes de perturbar e controlar nossos modos de percepção e pensamento, nossos modos de agir (e não agir) em sociedade, manipulando nossas mentes ao ponto de nos projetarmos a aceitar passivamente as mensagens, informações e até mesmo produtos, - uteis para interesses particulares e não para nós mesmos ou para o bem comum da sociedade em que vivemos – então é claro que há algum problema de democracia.

Não por acaso que os autores acima citados são puxados pelo jogo do totalitarismo, ou seja, o sistema que é considerado antípoda dos modelos democráticos que conhecemos em nosso influente Ocidente. Nunca antes em nossas sociedades ocidentais aparentemente livres, os ensinamentos de Platão se colocaram com extrema validade, visto que, como diria o filósofo, pode-se insurgir, a partir de um processo degenerativo da própria democracia, a tirania.

Evidentemente, não se pode haver um exercício efetivo de liberdade quando os meios de comunicação massificam o indivíduo, ou dirigem as massas não só intelectualmente, mas também pelos seus sentimentos expressando todo seu poder não apenas pela informação, mas também pela formação: o homem perde assim sua autonomia, reduzido como uma fração “menor” dirigida por outros, incapaz de servir-se autonomamente de sua própria razão e conhecimento, ainda sujeito aos mecanismos e técnicas que, embora filha do próprio homem, avança de modo mais rápido em relação a capacidade humana de absorção.

Isso porque há os riscos de um novo totalitarismo, ainda mais insidiosos e totalizantes, partindo de funcionamentos sutis de uma sociedade democrática na superfície, mas que mesmo não perdendo sua funcionalidade de afirmar a centralidade do homem e suas necessidades, acaba por reduzi-lo a uma ferramenta de interesses econômicos e de poder. Uma forma de totalitarismo que, além disso, é mais abrangente na medida em que combinam os dois aspectos atribuídos anteriormente aos modernos regimes de liberdade civil: a capacidade massificadora à homologação de uma unidade atomizada e reificada.

RETORNO A GRAMSCI

O novo universo da mídia, e em particular a internet, padroniza e homologa os gostos e as faculdades de percepção e pensamento do homem, que, mesmo atomizado, tem a ilusão de ser capaz de entrar em contato com o mundo e com um número ilimitado de pessoas (e de informações), embora mantenha-se realmente fechado dentro de quatro paredes, cada vez mais acostumados a cultivar relacionamentos diretos e reunir-se com outros indivíduos para debater, raciocinar, e possivelmente se organizar.

Tais indivíduos expostos à homogeneização e às forças de isolamento exercidas pelas novas mídias acabam dirigidos por outros desde a sua relação mais ordinária até o funcionamento mais básico da comunicação de massas: na vida real o homem é livre para perseguir de forma independente seus próprios processos de associação, enquanto que, por exemplo, a interação com o computador, em referência a vários links, o coloca obrigado a seguir “associações pré-programadas, que em outras palavras nada mais é que seguir a trajetória mental do programador”.

Aqui, então, há quase um século depois, origina-se num plano superior (*mutatis mutandis*) o que já havia sido dito entre a propaganda fascista “acredite, obedeça e lute”, e aquilo que Gramsci havia escrito como epígrafe para o jornal “OrdineNuovo”: “Ensine, porque vamos precisar de toda nossa inteligência. Floresça, porque vamos precisar de todo nosso entusiasmo. Organize-se, porque vamos precisar de toda nossa força”.

